

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

## AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: PERCURSO HISTÓRICO E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

*Vera Lúcia Panisson Matucheski*

Este estudo faz parte do primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Sociedade, Estado e Educação na Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado e contempla o percurso histórico das avaliações externas em larga escala no Brasil e os debates em torno da mesma, no período compreendido entre 1988, com a promulgação da Constituição e o ano de 2019.

O objetivo é compreender o sistema de Avaliação em Larga Escala no Brasil entre 1988 e 2019, e contribuir como as discussões, reflexões e debates em torno do tema.

Como Metodologia partimos de Revisão Bibliográfica e Análise de Conteúdos de Bardin (2016), para analisar o discurso oficial, do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como os estudos de autores como Werle, Bonamino, Souza, Soligo e outros.

Em 1988 quando da promulgação da Constituição Federal (CF), o Brasil passa a ter um documento que explicita as Políticas Públicas para a Educação, destacando-a como direito de todos e dever do Estado e da família. É neste período histórico, da década de 1980, que o nosso país, assim como outros países da América Latina, que estão transição, dos regimes autoritários para uma nova democracia. Período de redemocratização, e de alterações nas políticas sociais para a educação em nível mundial, onde se desenvolvem, com mais ênfase, as avaliações em larga escala, com o propósito de, não só avaliar as instituições, mas também descentralizar as ações do Governo Federal, dando maior autonomia a Estados e Municípios, ao mesmo tempo que transfere a estes as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso educacional.

É neste contexto que começam as aplicações das avaliações em larga escala. Estas avaliam a proficiência dos estudantes de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª séries do

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Ensino Médio, realizadas por amostragem com objetivo de aferir os sistemas de ensino e com a aplicação dos questionários de contexto, para tentar identificar fatores que podem interferir no desempenho dos estudantes.

As avaliações, iniciativa do Governo Federal, foram iniciadas devido a pressão social por eficácia e transparência na gestão pública e por exigência de agências internacionais financiadores do Estado brasileiro. Diante deste quadro o Governo Federal passa a promover as avaliações em larga escala, com o intuito de conhecer o nível de qualidade da educação básica brasileira.

A edição de 1990, dentro do cenário de diminuição de envio de verbas para estados e municípios, foi realizada seguindo o projeto-piloto elaborado em 1988 e avaliou estudantes das 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental, com uma amostra de Escolas Públicas. A formulação dos itens para a prova utilizou os Currículos de sistemas estaduais como base de conteúdos e formas e foram avaliadas as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação.

A avaliação tem sua segunda edição em 1993, quando as primeiras iniciativas de integração dos resultados se dão com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e obtêm recursos financeiros das Agências Internacionais, como Banco Mundial e FMI.

A partir de então segue-se o calendário bianual e em 1995 como inovação da avaliação, foram incluídos os estudantes do Ensino Médio e estudantes da rede particular. O público alvo passa a ser 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª séries do Ensino Médio.

A edição de 1997 foi aprimorada, com a elaboração das Matrizes Curriculares de Referência do SAEB, que avaliam competências e definem conteúdos curriculares e operações mentais. Da associação dos conteúdos curriculares e as operações mentais criam-se os descritores, que articulados pelos estudantes traduzem-se em competências e habilidades.

Para Fini (1998) a construção das Matrizes Curriculares de Referência foi muito importante, pois, objetiva uma definição clara de conteúdos desejáveis e necessários para a demanda do sistema educacional, levando em conta as diferenças regionais, uma vez que foi constituído com a consulta de professores, pesquisadores e especialistas de todo o país.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação



Mesmo assim, para Cotta (2001) as matrizes não conseguiram “suprir a falta de um modelo de ensino e aprendizagem e de padrões de desempenho claramente estabelecidos”.

A edição de 1997 avaliou a mesma clientela da edição anterior, assim como também ocorreu de forma amostral com escolas públicas e privadas, porém a formulação dos itens se deu através das Matrizes de Referência na forma de descritores, houve também a modificação das disciplinas avaliadas onde Redação não aparece e incluíram-se Física, Química e Biologia.

Para o ano de 1999 poucas foram as mudanças, apenas a inclusão de testes de História e Geografia.

A partir de 2001 o SAEB passa por intensa reformulação, onde MEC e INEP apresentam novas perspectivas. A mudança mais significativa nesta etapa é avaliação apenas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e ocorre a atualização das Matrizes de Referência, esta atualização se deu devido a ampla disseminação, pelo MEC, dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Nesta nova proposta, além dos testes para os estudantes, professores e diretor também responderam os questionários socioeconômicos individualmente, procurando a identificação de fatores que teriam o poder de influenciar o desempenho dos estudantes, seja positiva ou negativamente.

A partir de 2003 o processo é consolidado e a sétima edição do SAEB mantém o formato da edição anterior.

A edição de 2005 divide a avaliação em duas linhas: a Avaliação Nacional da Educação Básica (AnaeB), que manteve os procedimentos de prova amostral e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, esta realizada de forma censitária em escolas com no mínimo 30 estudantes matriculados no ano/série avaliado. A justificativa era o de auxiliar os governantes nas decisões e encaminhamentos de ações pedagógicas e administrativas todas visando à melhoria da qualidade da educação, no entanto, segundo Bonamino e Souza (2012) a implementação indicaria as limitações da base amostral com implicação direta na indução de dirigentes públicos, estaduais ou municipais na “formulação de políticas para a melhoria do ensino”, pois como conclui Werle (2010) estes

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

procedimentos pedagógicos e administrativos não melhoram ou pioram os sistemas educativos, servindo apenas como reflexão sobre o funcionamento e como se realiza a educação no sistema como um todo.

Concomitante a aplicação da prova em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com uso dos resultados dos testes de 2005, objetivando a redução das informações a números mais simples, possibilitando assim o monitoramento da escolas e sistemas de ensino, comparando ciclos avaliativos. Portanto, os resultados da Prova Brasil a partir de 2005 passam a integrar o IDEB, que a partir de 2007 passa a ser referência para definições de metas, que devem ser alcançadas gradualmente até o ano de 2021, focando as redes de ensino públicas.

Na edição de 2009, estabeleceram-se objetivos gerais para definir quais os usos a serem feitos com os dados levantados pela Prova Brasil, considerado por Cotta (2001) muito importantes, uma vez que desta definição recortam-se o público-alvo, as metodologias e os planos de análise dos resultados. Também nesta edição houve a ampliação do número de estudantes avaliados assim como a inclusão na avaliação de escolas rurais, com mínimo de vinte estudantes nos anos/séries avaliados.

A avaliação de 2011 trouxe como novidade a utilização dos dados do Censo Escolar para a definição de escolas e público-alvo e definiu que a divulgação dos resultados só se daria quando fizessem a prova, pelo menos, metade dos estudantes em relação ao número de matrículas, ou seja, 50% de participação, o que implicou num número reduzido de estudantes avaliados para possibilitar a divulgação dos resultados.

As novidades em 2013 foram a inclusão da Avaliação da Alfabetização (ANA), elaborada a partir da necessidade prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que avalia estudantes do 3º ano do ensino fundamental de 9 anos, que passou a ser obrigatório em todas as redes de ensino do país em 2006, nas disciplinas de Leitura e Escrita e Matemática. Outra novidade foi a inclusão, em forma de aplicação-piloto, para turmas de 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, da avaliação de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação

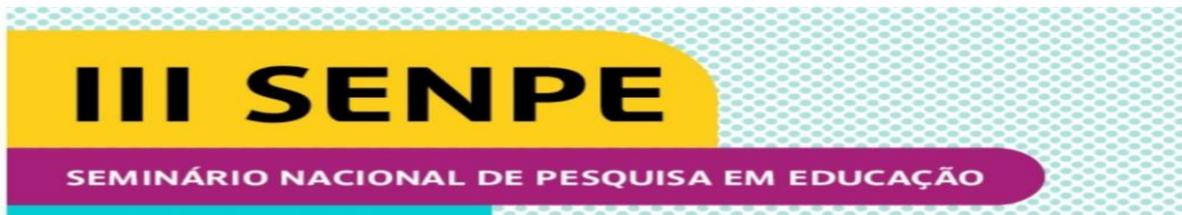


Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação



Poucas modificações na edição de 2015, apenas sendo excluídos os estudantes do ensino médio integrado, ou seja, das escolas que ofertam Educação Profissional.

O destaque para a edição de 2017 foi a ampliação da abrangência, que torna censitária a avaliação dos estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª séries do Ensino Médio da rede pública de ensino. Cotta, desde 2001, destaca a importação da avaliação censitária como forma de ampliação das possibilidades de análise. Na rede particular continua a forma amostral.

A edição de 2019 apontou algumas alterações como a inclusão novamente dos estudantes do Ensino Médio Integrado e a elaboração das provas amostrais de Ciências da Natureza e Ciências Humanas tendo como referencia a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), elaborada em 2017.

Em vista disso, é cada vez maior a necessidade, dos formuladores de políticas públicas, gestores e educadores, conhecerem e estabelecerem padrões e critérios de monitoramento dos sistemas de ensino no Brasil, e conforme entendimento de Soligo (2013) a avaliação em larga escala no Brasil ainda é insuficiente diante da complexidade do termo Qualidade da Educação. A geração de informações é de suma importância, uma vez que estes, quando utilizados de forma adequada, são auxiliares na gestão escolar. Assim como, as avaliações podem ser oportunidades de ressignificar seu papel junto à melhoria da educação pública, pois, podem por em questão a própria concepção de qualidade.

Palavras chave: avaliação em larga escala; políticas públicas; qualidade da educação.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SAEB 2001 Novas Perspectivas Brasília**, abril de 2002 disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/SAEB+2001+novas+perspectivas/cd69d523-8fc6-48f4-8007-7a2aa4bb99bd?version=1.1> Acesso em 17/03/2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB**. Brasília: Inep, 1988. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002747.pdf> Acesso em 26/03/2020.



# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB): 25 anos.**

Organizadores: João Luiz Horta Neto e Rogério Diniz Junqueira, Brasília, 2016. V.29, n. 96. p. 21-37.

Disponível em [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/563270)

[/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/563270](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/563270). Acesso em 16/03/2020.

BONAMINO, Alicia. SOUZA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.**

v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012 disponível em

<file:///C:/Users/vlmat/Documents/2020/DISSERTAÇÃO%202020/LEITURAS/alicia%20bonamino.pdf> Acesso

em 21/03/2020.

COTTA, Tereza Cristina. **Avaliação Educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**, Revista do Serviço Público – RSV, Ano 52, número 4, Out-Dez, 2001.

Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2067/1/316-1178-1-PB.pdf> Acesso em 25/03/2020.

SOLIGO, Valdecir. **Qualidade da Educação: Relações entre características de contexto e os resultados das avaliações em larga escala nos municípios de pequeno porte da região sul do Brasil.** 2013. Disponível em

<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000002/000002FC.pdf> Acesso em 13/03/2020.

WERLE, Flávia Obini Corrêa et al. **Avaliação em larga escala foco na escola**, 2010, Editora Oikos.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação